

GRUPO DE MODELAGEM EPIDEMIOLÓGICA DA COVID-19

NOTA DO GRUPO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DA EPIDEMIA DE COVID-19 EM JUIZ DE FORA

Fernando A.B. Colugnati^{1,2}, Mário Círio Nogueira^{1,3}, Marcel de Toledo Vieira^{4,5}, Maria Teresa Bustamante-Teixeira^{1,2,3}, Isabel Cristina Gonçalves Leite^{1,2,3,6}, Alfredo Chaoubah^{2,4,6}

1. Faculdade de Medicina – UFJF

2. PPg Saúde – UFJF

3. Mestrado Profissional em Saúde da Família - UFJF

4. Depto. de Estatística/ ICE – UFJF

5. PPg Economia – UFJF

6. PPg Saúde Coletiva – UFJF

No momento atual, em 23 de dezembro de 2020, estamos vivendo a pior situação em Juiz de Fora desde o início da epidemia de COVID-19. A incidência está próxima de 200 novos casos semanais para cada 100.000 habitantes, cerca de 420 pacientes Covid-19 estão internados nas redes pública e privada do município, chegando a uma taxa próxima de 97% de ocupação dos leitos de UTI, e somamos 454 óbitos decorrentes da doença.

Desde abril, quando lançamos nossa primeira nota técnica, procuramos mostrar as distribuições temporais e espaciais da epidemia na cidade, apontando para tendências de curto prazo, quando possível. Desta maneira, nossa primeira nota mostrou como a tendência de aumento de casos ocorria de forma semelhante à tendência do Brasil, embora com algumas semanas de atraso, pois a epidemia começou nos grandes centros urbanos, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, e depois se espalhou para outros estados e para o interior do país. Também mostramos que o primeiro decreto municipal com medidas para distanciamento social, em março, teve um efeito aparente cerca de 2 semanas após, com a redução da velocidade de crescimento de notificação de casos suspeitos.

Nas notas técnicas seguintes, analisando o comportamento da epidemia ao longo do tempo, procuramos mostrar que em nenhum momento tivemos a epidemia sob controle no

GRUPO DE MODELAGEM EPIDEMIOLÓGICA DA COVID-19

município, embora não tivéssemos chegado ao ponto do colapso da rede de saúde, como aconteceu em outras regiões do país.

Considerando os critérios da OMS, deveríamos ter uma redução consistente e duradoura de casos, internações e óbitos pela doença para ter a epidemia sob controle. Além disso, nossas estimativas do R_t , o número de reprodução efetivo, não chegaram a ficar de forma persistente abaixo de 1, o que seria outro indicador do controle da epidemia.

Para que tivéssemos alcançado um controle efetivo da epidemia, era imprescindível ampliar o rastreamento e monitoramento de contactantes e massificar os testes de confirmação da infecção, com efetivo isolamento da grande maioria das pessoas infectadas, o que não foi feito. Por isso ficamos durante quase todo o ano em uma situação epidemiológica intermediária, sem controle da epidemia mas também sem o colapso da rede de saúde.

Desde a segunda quinzena de novembro, no entanto, Juiz de Fora passou a apresentar uma nova escalada na incidência da doença, à qual se seguiu o aumento de internações e de óbitos. Nesta semana em que estamos, o município está à beira de um colapso da rede de saúde, sem condições efetivas de novas internações em CTI (já encaminhando pacientes graves para internação em outros municípios da região) e com a perspectiva de continuarmos a ter uma frequência elevada de internações nas próximas semanas, dado que a transmissão comunitária está muito elevada, com muitos casos novos surgindo, e certamente uma proporção desses necessitará de assistência hospitalar.

Cabe lembrar que essa mesma rede de assistência é a referência para todo o município e cidades pactuadas para as demais condições de saúde, com cerca de 1,2 mi de habitantes, que continuam acontecendo rotineiramente e eventualmente exigem cuidados especializados no nível terciário, envolvendo não só ocupação de seus leitos mas, sobretudo, seus profissionais.

GRUPO DE MODELAGEM EPIDEMIOLÓGICA DA COVID-19

Em decorrência dessa situação epidemiológica, a Secretaria de Estado da Saúde colocou a microrregião de saúde de Juiz de Fora na onda vermelha, acompanhando a macrorregião de saúde Sudeste, da qual o município é o principal polo, que já estava nesta onda desde a avaliação anterior.

Na opinião deste grupo, neste cenário, medidas adicionais mais restritivas de isolamento e distanciamento social são necessárias, próximas de um lockdown, e semelhantes às tomadas em março de 2020, apenas com serviços essenciais funcionando. Esta medida não deve ser única e seus efeitos não serão observados em curto período de tempo, mas é essencial para um início de redução da contaminação comunitária. Medidas futuras deverão ser adotadas, com planejamento quanto à retomada das atividades, rastreio e monitoramento efetivo sobre os infectados e contactantes e se possível o aumento da testagem desses indivíduos.

Além disso, deve haver uma intensificação da comunicação com a população, de forma bastante clara, da parte das autoridades de saúde nos níveis municipal e estadual, quanto às medidas a serem adotadas. O foco não deve ser somente a ocupação de enfermarias e leitos de UTI que chamam atenção da mídia, mas sobretudo o número de novos casos, os possíveis danos das formas moderadas e graves da doença e suas possíveis sequelas e, principalmente, as vidas perdidas que se somam dia a dia.

A população geral, o que envolve o poder público, academia e setores produtivos, deve estar alerta para o grave momento que estamos vivendo, às vésperas de um período classicamente marcado por comemorações, familiares ou não, que nesse cenário aumentam ainda mais a preocupação.

Este grupo continuará trabalhando no acompanhamento e modelagem epidemiológica da epidemia no município e macrorregião, como vem fazendo desde 25 de março de 2020, e continuará à disposição do poder público e da sociedade.